

PUBLICIDADE ILLEGAL

ÁVATO TECNOLOGIA S.A - CNPJ nº: 37.905.444/0001-86 | NIRE: 4330007272-0

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e exame de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis. Porto Alegre, 19 de Março de 2026.

Balanços Patrimoniais (Em reais)		Demonstrações do resultado (Em Reais)		Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto (Em Reais)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
ATIVO					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	815.112	712.706	274.855	1.002.524	
Contas a receber	11.524.809	14.315.175	4.108.103	3.433.676	
Adiantamentos a Terceiros	89.541	113.775	2.191.692	1.703.719	
Créditos Tributários	6.833.496	6.769.186	-	-	
Outros créditos	41.319	13.584	-	1.146	
Não circulante	19.304.278	21.924.426	2.629.331	10.327.380	
Partes relacionadas	268.879.798	219.955.461	42.559	55.730	
Depósito Judicial	10.199	10.199	145.958	16.215	
Créditos Tributários	-	1.242	9.410.726	16.540.390	
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.806.065	16.076.177	-	10.000	
Outros créditos	45.582	106.232	-	2.271.894	
Ativo de direito de uso	37.630	89.975	845.192	1.103.209	
Imobilizado	2.957.370	15.483.006	1.748.152	2.211.793	
Intangível	275.076.010	283.239.478	164.696.576	103.286.117	
	570.812.655	534.961.770	167.287.920	108.920.565	
Total do ativo	590.116.933	556.886.196	455.334.570	405.351.612	
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	-	-	-	-	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	-	-	
Obrigações tributárias	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	-	
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	
Obrigações a pagar sobre aquisições de negócios	-	-	-	-	
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	
Outros valores a pagar	-	-	-	-	
	9.410.726	16.540.390	455.334.570	405.351.612	
Não circulante					
Provisão para contingências	-	-	-	-	
Obrigações a pagar sobre aquisições de negócios	-	-	-	-	
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	
Obrigações tributárias	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	
Partes Relacionadas	-	-	-	-	
	9.410.726	16.540.390	455.334.570	405.351.612	
Total do passivo e patrimônio líquido	590.116.933	556.886.196	455.334.570	405.351.612	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente (Em Reais)		Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(18.006.953)	(15.558.662)	(18.006.953)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(18.006.953)	(15.558.662)	(18.006.953)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)			
<p>1. Contexto operacional - A Ávato Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Itaboraí/RJ e escritório na cidade de Porto Alegre/RS, local onde concentra-se parte da estrutura de administração e a diretoria executiva. A Companhia foi constituída em 29 de julho de 2020, e é controlada pela empresa Brasil Tecnologia e Participações S.A. ("Brasil TecPar"). A Companhia tem por objeto social: Provedores de acesso às redes de comunicações, Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente, Construção de estações e redes de telecomunicações, Manutenção de estações e redes de telecomunicações, Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Serviços de telefonia fixa comutada - STFC, Serviços de comunicação multimídia - SCM, Operadoras de televisão por assinatura por cabo, Consultoria em tecnologia da informação, Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente, Aluguel de imóveis próprios, Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório, Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico, Treinamento em informática, Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos, Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação.</p> <p>2. Base de preparação - 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) que incluem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estarão abertas nas respectivas notas explicativas. A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04 de março de 2026. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotados pela Administração são elaborados com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável. Os resultados reais desses julgamentos, estimativas e premissas, quando da sua efetiva realização podem divergir dos registrados nas demonstrações financeiras. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a. Estimativas e Julgamentos críticos - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i) Julgamentos críticos - Imposto de renda corrente e diferido - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões julgadas suficientes para cobrir eventuais riscos de cunho interpretativo de determinadas matérias legais. Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e a margem de contribuição das vendas e as alíquotas dos tributos. Os ativos somente serão registrados quando houver expectativa de que o mesmo possa vir a ser utilizado. ii) Estimativas críticas - As informações sobre as incertezas relacionadas a estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: iii) Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros - A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros - A Companhia analisa se existem evidências de que</p>			

o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício. É realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence, conforme os critérios definidos pela Administração do Grupo. O valor recuperável pode aumentar no futuro, requerendo um estorno da perda por "impairment" reconhecida no passado. Quando a perda por "impairment" é revertida subsequentemente, o valor contábil do ativo (ou da unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por "impairment" tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda por "impairment", se houver, é reconhecida imediatamente no resultado. Os testes são realizados, no mínimo, anualmente, conforme CPC 01. • Revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados e intangível - A vida útil dos imobilizados e intangível para cálculo da depreciação ou amortização considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas vidas úteis. • Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber - A Companhia utiliza informações e análises quantitativas e qualitativas, com base nas perdas históricas para a avaliação de crédito e considerando informações prospectivas para calcular a perda de créditos esperadas para contas a receber. São utilizados os dias em atraso para calcular qual o percentual a ser provisionado sobre o saldo registrado. Ainda, também é utilizado a classificação se o cliente ainda está ativo (utilizando os serviços) ou o mesmo já está como rescindido (sem acesso aos serviços). Esses percentuais de provisionamento são revisados periodicamente para se ajustar ao histórico atualizado de perdas reais. **b. Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **i) Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos e idênticos, que estão acessíveis na data de mensuração; **ii) Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **iii) Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3. Base de mensuração - As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico.

4. Políticas contábeis materiais - A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **4.1 Instrumentos financeiros:** As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (e menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.2 Estoques:** Os estoques estão representados pelos insumos necessários para prestação dos serviços com telecomunicações. Esses estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ou valor realizável líquido e são baixados ao resultado quando da efetiva venda ou quando utilizados internamente. **4.3 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. **(i) Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento** - Como arrendatário - A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer

incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e v) Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos valores de pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **4.4 Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Não foram incluídos os custos financeiros em tais imobilizações devido a se tratar de ativos de construção/implementação rápida. **(ii) Baixa:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Direitos de uso na locação de imóveis são representados pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento de imóveis. São amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Sendo que a depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. **4.5 Intangível - (i) Ágio** - O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio é um ativo intangível com vida útil indefinida e não é amortizado sendo testado anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, ou ainda quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **(ii) Pesquisa e desenvolvimento** - Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Carteiras de clientes** - Estimado com base na avaliação de geração de receitas dos contratos em vigor, a partir da data da aquisição, projetando ao longo da vida dos contratos, deduzidas dos custos e despesas correspondentes. Nessa avaliação, são consideradas as taxas de cancelamentos (churn rate), e a taxa de desconto nominal, para determinar a vida útil econômica estimada para esse ativo. Anualmente a Companhia avalia se há indicadores de desvalorização desse ativo, e quando identificado, é realizado teste de impairment para verificar a necessidade de provisão para valor recuperável deste ativo. **(iv) Amortização** - A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. **4.6 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis** - As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma

obrigação presente como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas com base no valor esperado de liquidação tendo por base a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. **4.7 Demais provisões** - A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **4.8 Capital social - (i) Ações ordinárias:** As ações ordinárias dão direito a voto nas Assembleias Gerais. **4.9 Receitas** - A receita é mensurada com base na contraprestação específica no contrato com o cliente. Todas as receitas oriundas da prestação de serviços são reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida, que ocorre quando o serviço é prestado ao cliente. **4.10 Tributos sobre o lucro** - A Companhia adota o lucro Real como regime de tributação. **Impostos correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

5. Normas, alterações e interpretações de normas - a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2025: **Alterações IAS 21 - Moeda não conversível em outra moeda:** As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Companhia concluiu que não há impactos iniciais com aplicação desta norma. **Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras:** A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Companhia ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras. **Novo IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Companhia ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras. **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia ainda está avaliando os impactos dessas alterações para as futuras demonstrações financeiras.

Diretoria
Gustavo Pozzebon Stock - Diretor Presidente
André Luiz Sandoval Valente - Diretor Financeiro

Contador
George José Brichi - Contador - CRC/SC 035813/O-3